

## AÇÕES DE FORMAÇÃO REALIZADAS PELA AMRAM

No primeiro semestre de 2012, é de salientar a assinalável participação na dos funcionários das Câmaras Municipais da Madeira nas ações formativas promovidas pela AMRAM, que se traduziu em 7 ações de formação, 179 formandos abrangidos e 63 horas de formação.

Pág. 2



### III FÓRUM INTERMUNICIPAL DE INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS EM PREVENÇÃO DE RISCOS

O Fórum, inserido no âmbito das atividades do Projeto PREMUMAC teve lugar nos dias 16 e 17 de Maio de 2012, em Ponta Delgada - Açores.

Pág. 6



### A ANMP - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES REUNIU COM OS AUTARCAS DA MADEIRA

Pág. 7



### ANMP E DGI EM COLABORAÇÃO COM A AMRAM PROMOVERAM AÇÃO DE FORMAÇÃO PARA FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS SOBRE IMI

Pág. 7



### CONSELHO EXECUTIVO DA AMRAM RECEBE GRUPO PARLAMENTAR DO PSD

Pág. 8

### ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA AMRAM APROVA CONTA DE GERÊNCIA E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2011

Pág. 8

### PROJETOS CO-FINANCIADOS PELO PCT-MAC 2007-2013 EM EXECUÇÃO

Pág. 9



### AMRAM APRESENTA CANDIDATURA AO PROGRAMA RUMOS

Numa perspetiva de continuidade do trabalho realizado em prol da qualificação profissional dos funcionários das autarquias locais, a AMRAM apresentou nova candidatura a financiamento comunitário no âmbito do Programa RUMOS.

Pág. 10

### AMRAM ESCREVE AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA E AO GOVERNO DA REPÚBLICA

Perante a situação que está criada e o quadro de consequências da situação presente, a Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira transmitiu, junto do Presidente da República e do Primeiro Ministro as principais preocupações dos Municípios Madeirenses, na perspetiva de serem tomadas medidas adequadas e necessárias à sustentabilidade do Poder Local e das economias locais.

Pág. 10

## EDITORIAL



### ARLINDO PINTO GOMES

Vogal do Conselho Executivo  
da AMRAM

O Poder Local em Portugal, entrou numa fase muito complexa da sua existência, apresentando um horizonte de incertezas quanto à sua capacidade de gerar um movimento contrário e impor aquele que é de longe o sistema de poder mais democrático e representativo desde que da democracia há memória.

O apetite do centralismo, a incultura política e o carreirismo burocrata, fez com que Portugal se tornasse num país incaracterístico, cheio de apetites devoradores pelos setores estratégicos nacionais, pelo atolar o Estado de dívidas e responsabilidades financeiras, pelo corporativismo banal mas tentacular, pelo descrédito do poder instituído e pela assunção do poder dos grupos detentores de meios capazes de contrariar a opinião e geradores da intriga, da desconfiança e do descrédito de todos aqueles que incomodam, como é o caso do Poder Local.

As crises, sejam de que espécie forem, são sempre geradoras de apetites de poder centralizador, e tendo consciência de que o centralismo é o principal adversário do Poder Local, não nos admira que hoje sejamos o alvo preferencial, e deduzo eu, com o objetivo de nos fragilizar expondo-nos de forma permanente e pela negativa na praça pública e perante o mais comum dos cidadãos, e isto acontece especialmente vindo daqueles que mais distantes estão das pessoas e na sua maioria exercendo funções de nomeação política ou cooperativa, e ainda os carreiristas por inerência do poder institucional.

Os tempos que correm são deveras de apreensão a todos os níveis para aqueles que têm princípios ideológicos e filosoficamente defendem valores de liberdade e democracia, consequente ao exercício do poder legitimado e em representação das massas. Ação e responsabilidade não é só um dever mas também a obrigação de todos nós que fomos eleitos e defendemos o exercício do poder pelas massas, através do poder local, ou seja, através dos órgãos constitucionalmente instituídos, como tal combatendo da forma mais veemente a sua usurpação por meios menos democráticos seja pelo poder central seja pelo poder regional, ou mesmo institucional.

A atual situação financeira das Câmaras Municipais, deve ser uma preocupação e uma prioridade à sua normalização, mas existem mecanismos e meios que permitem que com maior ou menor dificuldade se faça frente as diferentes situações que sendo diferentes de caso para caso, temos consciência, existem e têm de ser ultrapassadas sem colocar em causa o desenvolvimento e qualidade de vida dos nossos municípios, e sabemos que não é com meras alterações de enquadramentos territoriais e confrontações político-administrativas que se ultrapassam assimetrias ou desequilíbrios estruturais, mas sim com dialogo e persistência num respeito mútuo e intrínseco pelos valores culturais e históricos de cada povo e localidade.

São tempos de crise mas também de alerta, sob pena de o nosso legado enquanto legítimos representantes dos nossos cidadãos se vir a traduzir num legado de pesadas máquinas burocráticas, ineficazes e sem capacidade de decisão, como tal e porque em primeira mão seremos sempre os responsáveis por tudo o que vier a acontecer ao Poder Local nos tempos mais próximos, cabe-nos intervir e não esmorecer perante os desafios do confronto, porque o exercício do poder não é mais do que a permanente confrontação de ideias e a defesa de valores e princípios da cidadania ativa em que nos vemos.

# FORMAÇÃO AUTÁRQUICA

O recurso à formação por parte dos funcionários da Administração Local Regional constitui, um instrumento fundamental para a prossecução da modernização administrativa, além de contribuir para a valorização sócio-profissional de todos quantos nela participam. A plena realização profissional é um fator decisivo na qualidade da prestação de trabalho.

Destaque das ações de formação dinamizadas pela AMRAM no decurso do primeiro semestre de 2012:

## **CCP - ALTERAÇÕES A PROMOVER NO REGIME DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA (TROIKA E PLANO DO GOVERNO) IMPLICAÇÕES A NÍVEL DAS EMPREITADAS DE OBRAS PÚBLICAS**

Realizou-se nos dias 18 e 19 de Janeiro 2012, com a duração de 14 horas, a ação formativa sobre o Código dos Contratos Públicos - alterações a promover no regime de contratação pública (Troika e Plano do Governo) implicações a nível das empreitadas de obras públicas, que contou com 41 participantes.

O Programa preconizado para esta formação teve como objetivos essenciais dotar os participantes de conhecimentos relativamente às regras concorrenciais decorrentes do Programa do Governo e debater a proposta de alteração do CCP e seu impacto na Administração, debater as regras da Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, relativamente às aquisições de serviços e promover o debate sobre as principais alterações propostas relativamente ao regime das empreitadas de obras públicas.



A formação, decorreu no Auditório da Casa do Museu Casa da Luz, e teve como Formadora a Dra. Andreia Magalhães, Departamento Municipal Jurídico e de Contencioso da Câmara Municipal do Porto.

## **A RESPONSABILIDADE DOS ELEITOS LOCAIS E DOS GESTORES PÚBLICOS DO SETOR EMPRESARIAL LOCAL**

A ação formativa, que teve como Formadora a Dra. Alexandra Pessanha, Adjunta do Presidente do Tribunal de Contas, teve lugar nas instalações da Associação de Municípios da Madeira, durante os dias 8 e 9 de Fevereiro de 2012. Conhecer as normas vigentes no ordenamento







cação e Licenciamento Zero.

O vasto Programa preconizado para esta formação teve como objetivos principais: conhecer o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação nos seus traços mais significativos; fornecer competências no âmbito da regulamentação do licenciamento zero, dando conta das principais alterações trazidas por este regime e resolvendo questões relativas à sua interpretação e aplicação.

A formação decorreu nas instalações da AMRAM e teve como Formadora a Dra. Dulce Pontes, docente na Faculdade de Direito de Coimbra.



jurídico sobre a atuação dos membros dos órgãos das autarquias locais, nomeadamente o regime de responsabilidade financeira decorrente das recentes alterações introduzidas à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas pela Lei n.º 61/2011, de 7 de Dezembro; criar um espaço de debate sobre a responsabilidade financeira, política, administrativa, civil e penal dos titulares dos órgãos das autarquias locais; analisar e discutir o regime de responsabilidade dos titulares dos órgãos das empresas municipais, foram os principais objetivos preconizados nesta sessão.

### **DESAFIOS PARA A GESTÃO MUNICIPAL - - URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E LICENCIAMENTO ZERO**

Durante dois dias, 25 Técnicos oriundos dos vários Municípios da Madeira participaram na ação formativa relacionada com a Urbanização, Edifi-

### **LEI DE COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO (LCPA)**

A recente Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro – Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso (LCPA), que entrou em vigor a 22 de Fevereiro, levou a AMRAM a realizar uma sessão formativa sobre esta temática.

O objetivo deste encontro que decorreu no dia

12 de Abril, no Auditório da Casa do Museu Casa da Luz, foi o de conhecer o enquadramento da lei dos compromissos, identificar as principais alterações e impacto na gestão municipal, bem como debater as regras da Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, e a Lei dos Compromissos, relativamente às responsabilidades dos intervenientes no processo de despesa e de regularização dos pagamentos em atraso.

A sessão de formação, que contou com a presença de 37 participantes ficou a cargo da Dra. Andreia Magalhães, Departamento Municipal Jurídico e de Contencioso da Câmara Municipal do Porto.



A formadora, Dra. Sónia Barbosa, Inspectora da Inspeção-Geral de Finanças a exercer funções na área de especialização do Controlo Tutelar Autárquico, abordou questões práticas relacionadas com o grau de implementação dos vários subsistemas contabilísticos previstos no POCAL, as especificidades da contabilidade pública face à contabilidade das entidades com fins lucrativos, a informação produzida pelos municípios e análise dos indicadores / rácios de gestão.

### **INDICADORES DE GESTÃO NOS MUNICÍPIOS**

A 26 de Abril decorreu o Modulo de formação sobre os Indicadores de Gestão nos Municípios, que contou com a presença de 13 Técnicos Municipais.



### **O CONTROLO EXTERNO DAS AUTARQUIAS LOCAIS E DAS ENTIDADES DO SETOR EMPRESARIAL LOCAL**

O Dr. António Costa e Silva, Auditor Coordenador do Tribunal de Contas, foi o formador da sessão relacionada com o controlo externo das autarquias locais e das entidades do setor empresarial local.

A formação visou proporcionar aos participantes um conhecimento mais aprofundado da intervenção do Tribunal de Contas no domínio do controlo externo das Autarquias e do Setor Empresarial Local; conhecer as metodologias de verificação e instruções do Tribunal de Contas no domínio da verificação e prestação de contas; proporcionar aos participantes um conhecimento mais aprofundado sobre a prestação de contas via eletrónica; proporcionar o aprofundamento das questões relacionadas com a responsabilização financeira e tratar, a partir de



casos concretos, problemas e constrangimentos relacionados com o processo de prestação de contas e contraditório.

A sessão formativa decorreu no edifício sede da AMRAM, no dia 17 de Maio de 2012 e contou com a presença de 17 participantes.

## **A IMPLEMENTAÇÃO DA CONTABILIDADE DE CUSTOS NAS AUTARQUIAS**

Conhecer o conceito de Contabilidade de Custos e os seus principais objetivos, bem como as suas vantagens e limitações; caracterizar o Sistema de Contabilidade de Custos previsto no POCAL; produzir e analisar a Demonstração de Resultados por Funções; elaborar um plano de contas de Contabilidade de Custos; conceber um Modelo Conceptual de Contabilidade de Custos foram alguns dos objetivos da ação formativa sobre a implementação da contabilidade de custos nas autarquias.

A ação, decorreu na AMRAM nos dias 21 e 22 de Junho de 2012 e teve como Formadoras a Dra. Paula Duarte e a Dra. Sónia Barbosa, ambas Inspektoras da Inspeção-Geral de Finanças. ■



### **AÇÕES DE FORMAÇÃO PREVISTAS PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2012**

#### **11 de outubro de 2012**

A preparação do PPI e do Orçamento - Metodologias e Técnicas de abordagem.

#### **14 e 15 de novembro de 2012**

A implementação do SIADAP no financiamento e endividamento das Autarquias Locais.



# III FÓRUM INTERMUNICIPAL DE INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS EM PREVENÇÃO DE RISCOS

[www.premumac.com](http://www.premumac.com)



PREPARACIÓN DE MUNICIPIOS MACARONÉSICOS  
PARA SITUACIONES DE CATÁSTROFES

No âmbito do Projeto PREMUMAC - Preparação dos Municípios da Macaronésia para situações de catástrofes, co-financiado pelo Programa de Cooperação Transnacional MAC 2007-2013, cujo objetivo geral é o de preparar as organizações locais e municípios para situações de catástrofe, nomeadamente através da realização de planos de emergência municipais e preparar as regiões envolvidas (Açores, Madeira e Canárias) para que se possam minimizar os danos, quer pessoais, quer materiais, foi realizado o III Fórum Intermunicipal de Intercâmbio de Experiências em Prevenção de Riscos, que decorreu no dia 17 de maio em Ponta Delgada, Açores.

O Mestre Uriel Abreu, colaborador do Centro de Competências para a Ciência e Engenharia da Universidade da Madeira, convidado pela AMRAM, abordou a temática dos Riscos Naturais em Ambiente Insular. O "Exemplo da ilha da Madeira" (Experiências de Catástrofes em ilhas) e "Tecn(icas)ologias de Análise do Risco. Modelos Conceptuais e Aplicabilidade", referente ao

Painel III (Cartografia de Risco e Planeamento de Emergências).

O Professor Victor Hugo Forjaz, Professor emérito do Departamento de Engenharias da Universidade dos Açores, o Professor Carlos Sousa Oliveira, Professor Catedrático do Instituto Superior Técnico, Dr. João Resendes, Coordenador dos Serviços de Proteção Civil da Povoação, D. Juan Rodriguez, Vice-presidente do Município de Arucas (Gran Canária), D. Dâmaso Lantigua, Presidente do Município de Valleseco (Gran Canária), e D. David Leon, Presidente do Município de Frontera (El Hierro) constituíram o leque de Oradores do evento. ■

## GUIA COM RECOMENDAÇÕES PERANTE SITUAÇÕES DE CRISES MAIS PROVÁVEIS



Consulte o Guia editado pela AMRAM em:  
[www.premumac.com/descargas/se-siente-seguro.pdf](http://www.premumac.com/descargas/se-siente-seguro.pdf)

OU

[www.amram.pt/documentos/2011/Amram-Guia.pdf](http://www.amram.pt/documentos/2011/Amram-Guia.pdf)



## ANMP - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES REUNIU COM OS AUTARCAS DA MADEIRA

A ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses encetou e tem levado a efeito um conjunto de reuniões descentralizadas com os Municípios.

Neste âmbito o encontro com os Autarcas da Região Autónoma da Madeira decorreu no passado dia 10 de maio na Câmara Municipal do Funchal, tendo sido tratadas matérias muito relevantes para as Autarquias Locais, nomeadamente no que se relaciona com a Lei do Orçamento do Estado (designadamente finanças, gestão, recursos humanos), a problemática Lei nº. 8/2012, de 21 de Fevereiro que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e pagamentos em atraso das entidades publicas e ainda a questão relacionada com a redução de 5% da receita tributária do imposto municipal sobre (IMI) relativo ao ano de 2011. ■



## ANMP E DGCI EM COLABORAÇÃO COM A AMRAM PROMOVERAM AÇÃO DE FORMAÇÃO PARA FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS SOBRE IMI

Tendo em vista a avaliação geral de prédios urbanos, prevista na Lei n.º 60-A/2011, de 30 de Novembro, a ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses está a promover, em todo o País, com a colaboração da DGCI-Direção-Geral de Impostos, a realização de ações de formação para funcionários Municipais, tendo em perspectiva a avaliação de prédios urbanos e a revisão dos zonamentos em vigor.

A ação formativa com os Municípios da Região Autónoma da Madeira decorreu no passado dia 20 de Janeiro na sede da Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira. ■





## CONSELHO EXECUTIVO DA AMRAM RECEBE GRUPO PARLAMENTAR DO PSD, DIA 20 DE MARÇO DE 2012

O Conselho Executivo da AMRAM - Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira, recebeu no passado dia 20 de março de 2012, o Grupo Parlamentar do PSD.

No encontro foram abordadas questões relacionadas com os apoios das Câmaras Municipais da Região Autónoma da Madeira às escolas, nomeadamente do 1.º ciclo. ■



## ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA AMRAM APROVA CONTA DE GERÊNCIA E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2011

O encontro teve lugar no concelho de Porto Santo, no passado dia 18 de Abril de 2012.

Em reunião ordinária, a Assembleia Intermunicipal da AMRAM - Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira, aprovou, por unanimidade, os documentos de Prestação de Contas da Associação relativos ao exercício de 2011.

Adicionalmente, a Assembleia Intermunicipal, apreciou as Contas Consolidadas relativas ao exercício de 2011, nos termos e para os efeitos

previstos na Lei das Finanças Locais, Portaria n.º 474/2010, publicada no Diário da República, 2.ª série, N.º 126, de Julho de 2010 e Instruções da DGAL. O perímetro de consolidação da AMRAM, é constituído pela própria AMRAM e pela EIMRAM - Empresa Intermunicipal da Região Autónoma da Madeira (EEIM), empresa participada pela AMRAM a 100%. ■





# PROJETOS CO-FINANCIADOS PELO PCT-MAC 2007-2013 EM EXECUÇÃO

A AMRAM - Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira em parceria com a AMRAA - Associação de Municípios dos Açores e com a FECAM - Federação Canária de Municípios, estão a desenvolver três projetos comuns co-financiados pelo Programa de Cooperação Transnacional Madeira-Açores-Canárias (MAC) 2007-2013, através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e inseridos no âmbito dos Eixos 1 - Promoção da Investigação, desenvolvimento tecnológico, inovação e Sociedade da Informação e Eixo 2 - Reforço da Gestão Ambiental e da Prevenção de Riscos do enunciado Programa, a saber:

## JARUP II

Jornadas Autárquicas sobre Política de Desenvolvimento Sustentável

O Projeto JARUP II pretende, em primeiro lugar promover a cooperação entre os municípios das RUP's, com o intuito de impulsionar a execução de planos em diferentes áreas, nomeadamente, nas áreas socioeconómica e ecológica.

A temática deste projeto incide na questão do desenvolvimento sustentável e da boa gestão dos recursos.

Em suma, o JARUP II, candidato ao Programa de Cooperação Territorial MAC, vem dar seguimento às Jornadas Autárquicas já realizadas noutros projetos, como o JAMAC I e II e o JARUP I, mas desta vez com outros objetivos específicos (Gestão de Água, do Ambiente, de Resíduos e de Ordenamento do Território) mas sempre com o objetivo final que é o de atingir o desenvolvimento sustentável nas RUP's.

O Projeto prevê a realização de Jornadas Autárquicas que, envolverão as Associações de Municípios das RUP's e cujo objetivo é ativar um espaço de cooperação permanente entre as autarquias das regiões ultraperiféricas. As Jornadas assentam numa agenda concreta, e num programa de ações devidamente calendarizado.

[www.cmu-rup.eu/jarupii/](http://www.cmu-rup.eu/jarupii/)

## PREMUMAC

Preparação dos Municípios da Macaronesia para situações de catástrofes



O Projeto com o acrónimo PREMUMAC assente na medida "Reforço da Gestão Ambiental e da Prevenção de Riscos", tem como objetivo geral contribuir para minimizar o deficit existente nas organizações locais da Macaronesia em matéria de prevenção e resolução de situações de risco naturais.

Numa primeira fase, procurou-se conhecer a situação de riscos nas diferentes autoridades locais participantes, promovendo uma cultura preventiva que ajude a minimizar as situações de risco.

Das principais atividades no âmbito deste projeto, destaca-se:

Elaboração de Planos de Emergência Municipais de Proteção Civil para os Municípios de Santana, São Vicente, Porto Moniz e Ribeira Brava, integrados na Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira (AMRAM).

Realização de vários Fóruns Intermunicipais de Intercâmbio de Experiências em prevenção de riscos;

- Edição de Manual de Prevenção dos Riscos nos Municípios;
- Edição de Guia destinado aos cidadãos com recomendações perante situações de crises mais prováveis.

[www.premumac.com/](http://www.premumac.com/)

## VECINDAD

Rede Euroafricana de Municípios



Tendo subjacente um conjunto de necessidades comuns, intrínsecas (por serem administrações locais), também consequência das semelhanças destas regiões, o projeto com o acrónimo VECINDAD, tem como objetivo fomentar o intercâmbio entre os Municípios euro-africanos, contribuir para o desenvolvimento da administração local digital, fomentar a realização de ações de formação específicas para as corporações locais e impulsionar ações para a promoção do desenvolvimento económico nas cidades euro-africanas.

[www.fecam.es/portal\\_gran-vecindad/index.php?valor=1](http://www.fecam.es/portal_gran-vecindad/index.php?valor=1)



PROGRAMA  
MAC 2007 - 2013  
Cooperación Transnacional

UE  
FEDER



Investimos no seu futuro

## AMRAM APRESENTA CANDIDATURA AO PROGRAMA RUMOS



Numa perspetiva de continuidade do trabalho realizado em prol da qualificação profissional dos funcionários das autarquias locais, a AMRAM apresentou nova candidatura a financiamento comunitário no âmbito do Programa RUMOS.

A atividade de Formação tem sido uma forte aposta da AMRAM - Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira enquanto fator determinante para o desenvolvimento e melhoria do desempenho dos serviços da Administração Local, através da valorização dos seus quadros, contribuindo para o aperfeiçoamento e a modernização da administração autárquica, através da formação dos seus agentes.

Acompanhando a grande diversidade de alterações legislativas que temos assistido nos últimos tempos e com o objetivo de promover o desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais necessárias a um desempenho profissional eficaz dos seus ativos, a AMRAM, através do desenvolvimento de algumas ações de formação destinadas aos Eleitos, Dirigentes e Quadros das Autarquias de todos os Municípios da RAM e respetivas empresas municipais, tem vindo a dar o seu contributo.

Destaque neste âmbito para a candidatura apresentada, em 2012 pela AMRAM ao Programa Rumos, Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da RAM, medida 1.2.2 - Formação Profissional da Administração Pública. A candidatura e o respetivo Plano Formativo consubstanciado pela AMRAM teve por base um diagnóstico às necessidades de formação efetuado junto de todos os Municípios da Região Autónoma da Madeira e visa essencialmente permitir que os Recursos Humanos das Autarquias Locais adquiram novas competências, e que as mesmas possam contribuir para a satisfação contínua dos munícipes no que concerne aos serviços prestados pelas Câmaras Municipais na RAM. ■

## AMRAM ESCREVE AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA E AO GOVERNO DA REPÚBLICA

A AMRAM, integra todos os Municípios da Madeira e tem como missão primordial a representação e defesa dos interesses dos Municípios Madeirenses.

Desta forma, a Associação de Municípios da Madeira vem acompanhando a situação atual do Poder Local na prestação de serviços aos seus Cidadãos.

As Autarquias Locais têm desempenhado ao longo dos tempos um papel basilar no desenvolvimento e elevação das condições de vida das populações, para a qualificação do território e para a promoção da coesão social, económica e cultural.

Os Municípios são fundamentais para servirem de forma próxima e célere os cidadãos na resolução rápida dos seus problemas, assumindo um papel preponderante nas políticas sociais.

Não obstante as inúmeras dificuldades que hoje vivemos, é patente um esforço coletivo do Poder Local para minorar os seus efeitos e garantir a qualidade de vida das populações.

No entanto, perante a atual conjuntura de dificuldades económicas e sociais, não temos dúvidas que os atuais apoios sociais às populações estão seriamente em risco.

As Autarquias Locais encontram-se, desde há muito tempo, numa situação muito delicada, uma vez que as suas receitas municipais têm sido diminuídas drasticamente nos últimos anos.

O Governo está a praticar um conjunto significativo de mudanças com incidência nas Autarquias Locais, que vão muito para além dos compromissos assumidos no Programa de Assistência que foi assinado pelo Estado Português com a CE, o BCE e o FMI e que são limitadoras da autonomia local, medidas gravemente penalizadoras para as Autarquias Locais e para os cidadãos.

Perante a situação que está criada e o quadro de consequências da situação presente, a AMRAM transmitiu, junto do Presidente da República e do Primeiro Ministro as principais preocupações dos Municípios Madeirenses, na perspetiva de serem tomadas medidas adequadas e necessárias à sustentabilidade do Poder Local e das economias locais. ■

# MUNICÍPIOS ASSOCIADOS



## CÂMARA MUNICIPAL DA CALHETA

Avenida D. Manuel I, 46, 9370-135 Calheta

Telefone Geral: (+351) 291 820 200 | Fax Geral: (+351) 291 822 068 | [www.cm-calheta-madeira.com](http://www.cm-calheta-madeira.com)



## CÂMARA MUNICIPAL DE CÂMARA DE LOBOS

Praça da Autonomia, 9304-001 Câmara de Lobos

Telefone Geral: (+351) 291 911 080 | Fax Geral: (+351) 291 944 499 | [www.cm-camaradelobos.pt](http://www.cm-camaradelobos.pt)



## CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL

Praça do Município, Sé, 9004 - 512 Funchal

Telefone Geral: (+351) 291 211 000 | Fax Geral: (+351) 291 226 343 | [www.cm-funchal.pt](http://www.cm-funchal.pt)



## CÂMARA MUNICIPAL DE MACHICO

Largo do Município, 9200-099 Machico

Telefone Geral: (+351) 291 969 990 | Fax Geral: (+351) 291 965 515 | [www.cm-machico.pt](http://www.cm-machico.pt)



## CÂMARA MUNICIPAL DA PONTA DO SOL

Rua de Santo António, N. 5, 9360-219 Ponta do Sol

Telefone Geral: (+351) 291 972 106 | Fax Geral: (+351) 291 972 711 | [www.pontadosol.pt](http://www.pontadosol.pt)



## CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO MONIZ

Praça do Lyra, 9270-053 Porto Moniz

Telefone Geral: (+351) 291 850 180 | Fax Geral: (+351) 291 852 998 | [www.portomoniz.pt](http://www.portomoniz.pt)



## CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO SANTO

Rua Dr. Nuno Silvestre Teixeira, Edifício de Serviços Públicos, 9400-909 Porto Santo

Telefone Geral: (+351) 291 980 640 | Fax Geral: (+351) 291 982 860 | [www.cm-portosanto.com](http://www.cm-portosanto.com)



## CÂMARA MUNICIPAL DA RIBEIRA BRAVA

Rua Visconde, 56, 9350-213 Ribeira Brava

Telefone Geral: (+351) 291 952 548 | Fax Geral: (+351) 291 952 182 | [www.cm-ribeirabrava.pt](http://www.cm-ribeirabrava.pt)



## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ

Praça Doutor João A Freitas, 9100-157 Santa Cruz

Telefone Geral: (+351) 291 520 100 | Fax Geral: (+351) 291 524 062 | [www.cm-santacruz.pt](http://www.cm-santacruz.pt)



## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA

Sítio do Serrado, 9230-116 Santana

Telefone Geral: (+351) 291 570 200 | Fax Geral: (+351) 291 570 201 | [www.cm-santana.com](http://www.cm-santana.com)



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

Paços do Município, 9240-225 São Vicente

Telefone Geral: (+351) 291 840 020 | Fax Geral: (+351) 291 842 666 | [cm-saovicente.pt](http://cm-saovicente.pt)



# JOGO INSTANTÂNEO



Junto dos habituais Agentes Vendedores do "Raspa", encontram-se à venda vários Bilhetes do Jogo Instantâneo.

Por 0,50 euros, os Apostadores do Jogo Instantâneo podem ganhar prémios que variam entre bilhetes grátis e 5.000 euros em numerário e por 1,00 euro, prémios que variam entre 1 e 10.000 euros também em numerário. Os Bilhetes do Jogo Instantâneo de valor facial de 1,00 euro dispõem de duas áreas de Jogo,

com a seguinte metodologia de jogo: se o jogador raspar e encontrar 3 quantias iguais ganha um prémio nesse valor e/ou se o jogador raspar e encontrar 3 números iguais ganha a quantia indicada no espaço prémio.

Os Bilhetes do Jogo Instantâneo de valor facial de 0,50 euros dispõem de uma área de Jogo, com a seguinte metodologia de jogo: se o jogador raspar e encontrar 3 números iguais ganha a quantia indicada no espaço prémio. ■



**PRÉMIOS VÃO DESDE  
OS BILHETES GRÁTIS ATÉ 10.000,00€.**

**RASPOU ..... GANHOU!!!!**

Para JOGAR dirija-se a um Ponto de Venda Oficial do Jogo Instantâneo.

## FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE E EDIÇÃO | AMRAM - Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira

DESIGN E IMPRESSÃO | Dupladp & Associados, S.A.

TIRAGEM | 500 Exemplares

DISTRIBUIÇÃO | Gratuita